

um Conselho de Segurança Econômico e Social, que venha a ter a mesma autoridade nessas questões que tem o Conselho de Segurança em relação aos temas da paz e segurança.

A despeito das exortações relacionadas a questões-chave, como a liberalização comercial e o acesso aos mercados, uma ação de um único Estado – a Lei da Agricultura dos EUA (Farm Bill), anunciada depois de Monterrey – contradisse as esperanças e prejudicou agricultores/as tanto dos países desenvolvidos, quanto das nações em desenvolvimento. O fracasso dos EUA em administrar seus principais atores econômicos e os anos de desregulamentação e especulação têm desestabilizado a economia mundial. Mas enquanto isso, lideranças do Norte continuam pregando sobre a "boa governança" e a luta contra a "corrupção" nos países do Sul.

De forma mais geral, o fracasso de Monterrey em lidar tanto com o dogma neoliberal – que continua a dominar as discussões

internacionais –, quanto com a reforma das estruturas de governança – que dirigem o comércio e as finanças mundiais –, representa uma decepção profunda para muita gente que considerava o processo da ONU um caminho para começar a tratar desses fundamentos de nova maneira.

A CIFD, no entanto, pode ser vista como um sucesso institucional, ainda que parcial, com a ONU convocando governos e instituições financeiras internacionais para discussões conjuntas sobre políticas econômicas fundamentais. Pode ser que alguma esperança tenha surgido em Monterrey se essas discussões puderem continuar dentro da *tenda* da ONU, se a supremacia total do *Consenso* neoliberal puder ser rompida e se as organizações da sociedade civil puderem ter participação substantiva e comprovarem, na prática, os efeitos de suas contribuições. Esses resultados vão exigir um esforço permanente, renovado e ampliado da sociedade civil. ■

Em debate

Em Monterrey, durante três dias, além das Assembléias de chefes de Estado ocorreram oito mesas-redondas com a participação de ministros da área econômica, dirigentes das instituições multilaterais (Jim Wolfenson, H. Koheler e Moore, entre outros) empresários, ONGs e movimentos sociais. Os debates nas mesas-redondas ministeriais, fechados para o público e para a imprensa, foram instigantes e alguns recolocaram na agenda, para futuras discussões, temas descartados pelo próprio documento final – *Consenso de Monterrey*. Reproduzimos abaixo as intervenções de três participantes em mesas-redondas, membros do *Observatório da Cidadania/Social Watch*.

Parcerias

“Temos falado em participação, mas a verdadeira participação só pode ser alcançada se reconhecermos um fato fundamental: a desigualdade entre os parceiros.

Diferenças em poder econômico, político e militar determinam não somente quem será ouvido, mas mesmo o que será dito: freqüentemente, os participantes mais fracos podem pensar, justificadamente, que é melhor assinar documentos que expressam os desejos dos mais fortes do que afirmar seus próprios pontos de vista. Acordos gerados nessa situação estão condenados à ineficácia.

Muitas instituições, incluindo as de Bretton Woods, perceberam esse fato e têm procurado promover o conceito de ownership. A preocupação em si é um avanço, mas devemos ter cuidado com o significado que se atribui a ownership.

Uma autêntica ownership só pode resultar de um diálogo real em que os participantes mais fracos tenham suficiente confiança na justiça do processo para expressar seus pontos de vista. De outro modo, a promoção da ownership não é mais do que obrigar os mais fracos a reproduzir as visões dos mais fortes. A promoção da verdadeira ownership através do real

empoderamento³ dos mais fracos é a grande oportunidade para a ONU ter um papel relevante, visto que é a única instituição internacional onde a voz é, a princípio, assegurada a todos, e não em proporção ao poder militar, político ou econômico.

Nesse sentido, o desaparecimento gradual do rascunho do documento de consenso das principais preocupações dos países em desenvolvimento é inquietante. O documento foi progressivamente depurado e da forma como está agora não serve a quase nenhum propósito.

Precisamos recuperar o real sentido de ownership. As Nações Unidas devem ser capazes de ecoar as verdadeiras preocupações de todos, mas principalmente daqueles a quem falta poder econômico, político e militar.”

Fernanda Lopes de Carvalho - Ibase/Social Watch Brasil

³ Termo sem correspondência exata em português, derivado do verbo empower (dar poderes, capacitar, habilitar). Algumas organizações da sociedade civil, sobretudo as de mulheres, vêm utilizando “empoderamento”, apesar de a palavra ainda não estar dicionarizada.

Coerência

“Uma estratégia de desenvolvimento é coerente se for capaz de preencher as expectativas que gera de melhoria sustentável da qualidade de vida para todos e todas. Políticas populistas, frequentemente adotadas no passado, muitas vezes resultaram em inflação em vez de desenvolvimento. O populismo gerava expectativas que não podiam ser realizadas, precisamente porque era incoerente.

O problema hoje, depois de quase 20 anos de políticas e reformas liberais, é que novamente as expectativas que foram geradas estavam destinadas a ser frustradas. Desregulamentação, privatização, liberalização financeira e conversibilidade da conta de capitais (isto é, eliminação de controles de capitais) prometeram trazer modernização, aumento da produção e do emprego, com qualidade, mais investimentos e estabilidade macroeconômica. Foi dito que os mercados financeiros internacionais certamente recompensariam fundamentos econômicos saudáveis. Algumas reformas melhoraram, sim, a governabilidade ou aumentaram a produtividade em alguns setores, ou contribuíram para a estabilidade de preços. Paradoxalmente, no entanto, as economias liberalizadas têm-se notabilizado por maior instabilidade, vulnerabilidade externa, medíocres taxas de crescimento, desemprego persistente (geralmente culpando os desempregados), e crescente desigualdade. Em particular, a liberalização dos movimentos de capitais, a tentativa de tornar as contas de capital conversíveis, provou ser uma grande fonte de incoerência.

Gerou em muitos círculos a expectativa de absorção sustentável de poupança e de crescentes investimentos e crescimento. Entretanto, o resultado da liberalização da conta de capitais tem sido dar aos investidores financeiros um poder de veto sobre a capacidade doméstica de fazer política, reduzindo o espaço para a implementação de políticas de desenvolvimento e políticas anticíclicas, enquanto o aumento da volatilidade do fluxo de capitais tem imposto um pesado custo aos países que liberalizaram suas transações de capitais. Aqueles países que abordaram a questão com cuidado, ou que ignoraram as estratégias de abertura, são exatamente aqueles que melhor sobreviveram às ondas de volatilidade.

Nesse sentido, infelizmente, entre suas numerosas falhas, o documento de consenso proposto por esta conferência glorifica estratégias de desenvolvimento incoerentes no seu tratamento bastante ingênuo e unilateral do desejo de avançar ainda mais no sentido de liberalização das contas de capital, mesmo se agora incluindo o novo cuidado sobre a necessidade de seqüenciar apropriadamente o processo. A verdadeira questão é que o mercado de ativos é intrinsecamente incoerente e a regulação e supervisão ativas, incluindo formas de controle de capitais, são sempre necessárias. Se coerência é uma qualidade, este documento deveria ser cuidadosamente revisado e emendado.”

Fernando J. Cardim de Carvalho Ibase/ Social Watch-Brasil

Direitos

“A melhoria e a implementação dos instrumentos para a promoção dos direitos humanos é o mandato central das Nações Unidas e, como afirmado no Artigo 1 da Declaração de Viena e do Programa de Ação, a proteção e promoção dos direitos humanos é a primeira obrigação dos governos. A rede Dawn considera os direitos humanos como uma dimensão sistêmica do financiamento para o desenvolvimento.

Direitos humanos são mais do que a letra da lei aplicada aos contratos e à propriedade. O compromisso com os direitos humanos é mais do que dizer aos outros que devem se reger pelos instrumentos existentes. Os requisitos firmados de direitos sociais e econômicos devem guiar os investimentos domésticos e os da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento. Direitos trabalhistas, incluído o direito à negociação coletiva e de associação, e o princípio de não-discriminação são parâmetros cruciais para avaliar a qualidade e efetividade do investimento estrangeiro direto e do comércio.

O direito ao desenvolvimento compreende, entre outros objetivos, a solução sustentável da dívida tanto dos países de baixa renda quanto dos de renda média. O direito à saúde e à biodiversidade devem enquadrar as negociações referentes aos Trips. A segurança das pessoas e o direito a se mover livremente são princípios fundamentais na abordagem da questão da migração e da erradicação do comércio de seres humanos, particularmente de crianças e mulheres.

Nesse sentido, estamos muito desapontadas com a ausência de referências robustas aos direitos humanos e liberdades fundamentais no documento adotado nesta Conferência de Monterrey. Olhando para o futuro, reivindicamos que passos consistentes sejam tomados por todas as partes interessadas no sentido de assegurar coerência entre os objetivos do financiamento para o desenvolvimento e as obrigações com os direitos humanos, como se segue:

- *recursos adicionais são urgentemente necessários para expandir a capacidade dos organismos internacionais e dos instrumentos de direitos humanos, assim como para a reforma dos sistemas nacionais judiciais de modo a assegurar acesso a todos/as, assim como transparência e accountability ;*
- *os organismos dos tratados de direitos humanos e os/as relatores/relatoras especiais devem ser inteiramente integrados no seguimento da CIPD, incluindo as reuniões de alto nível, que serão realizadas na primavera de 2002, no âmbito do Ecosoc e da Assembléia Geral;*
- *políticas originadas do acordo de Monterrey, segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, devem ser abordadas através dos parâmetros dos organismos existentes, tais como o Comitê de Direitos Econômicos e Sociais e a Cedaw - Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de*

Discriminação contra as Mulheres. Particularmente em relação à AOD, os acordos entre doadores e governos beneficiários devem ser estabelecidos seguindo as linhas propostas pelo Especialista Independente no Direito ao Desenvolvimento;

- *os países devem ser convidados a estabelecer organismos nacionais de direitos humanos e sistemas para produção de relatórios periódicos, cuja agenda deve incluir o monitoramento dos impactos derivados das decisões políticas internas e externas com relação a financiamento, comércio e programas de combate à pobreza;*
- *ampliar e assegurar a participação significativa da sociedade e, principalmente, de grupos e comunidades diretamente afetadas pelo financiamento ao desenvolvimento e demais decisões econômicas, nessas várias instâncias e processos."*

Sônia Correa - Rede Dawn/Ibase/Social Watch-Brasil